

Ofício nº 298/2020 – GSE

Jacundá – PA, 06 de Novembro de 2020.

Da: Secretaria Municipal de Educação
Profª. Leila Clara Gonçalves Barbosa

À: Comissão Permanente de Licitação - CPL


Prezado Senhor,

Ao momento que vos cumprimento, viemos solicitar a V.S^a que adote as medidas cabíveis para a abertura do Processo Licitatório para a aquisição de serviços de **REPROGRAFIA** para Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Jacundá que se faz necessário para o desenvolvimento das atividades. Informamos ainda que a SEMED está disponibilizando material xerocado para todos os alunos da rede municipal de ensino durante o período de pandemia.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FUNDEB PRECATÓRIO

Sem mais para o momento, deixo votos de sucesso no desempenho de suas atividades.

Atenciosamente,


Leila Clara G. Barbosa
Secretária de Educação

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO:

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JACUNDÁ.**

2. JUSTIFICATIVA:

A presente aquisição destina-se ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, por meio dos créditos decorrentes de precatórios, oriundos de diferenças das transferências do FUNDEF, de exercícios anteriores.

No presente plano, fez-se necessário à construção de uma série de providências caracterizada por ações, que desencadearão melhorias dos serviços educacionais ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Jacundá, nas atividades escolares ao longo dos anos de 2020 a 2022.

Tal aquisição será benéfica e vantajosa, vez que equipamentos reprográficos, visa atender as demandas por cópias, digitalização, impressão, essenciais ao bom funcionamento dos trabalhos realizados pelos professores.

A ausência de aquisição de equipamentos reprográficos no departamento da SEMED poderão ocasionar desde impacto na impressão de material de trabalho necessário às atividades aos alunos, a impactos críticos na condução operacional da SEMED.

Sendo assim, a aquisição deste objeto visa equipar os setores para aprimorar e assegurar a qualidade dos serviços realizados pela SEMED e Escolas, bem como garantir a entrega de atividades impressas aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Jacundá.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação a aquisição de equipamentos reprográfico com as seguintes funções padrão: cópia, impressão e digitalização.

Segue abaixo as especificações:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT
1	CÓPIAS (XEROX) PRETO E BRANCO	UND	200.000
2	CÓPIAS (XEROX) COLORIDA	UND	45.000

4. RELAÇÃO DOS PRODUTOS

Conforme Solicitação de despesa e proposta de aquisição em Anexo.

5 OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

- 5.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela licitante vencedora.
- 5.2 Receber e atestar as notas fiscais/ faturas correspondentes, por intermédio da Controladoria Interna da P.M.J.
- 5.3 - Efetuar o pagamento das notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento das mesmas na Controladoria Interna Administrativa e Financeira/PMJ.
- 5.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o especificado.
- 5.5. Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.
- 5.6. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.
- 5.7. Designar servidor ou comissão composta por servidores da P.M.J. para o recebimento e aceitação dos produtos.
- 5.8. Notificar a Contratada, caso se verifique alguma irregularidade ao presente Contrato.

6 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 6.1 A aquisição dos produtos deverá obedecer, rigorosamente, as especificações deste memorial descritivo e as demais instruções contidas no Edital do Pregão Presencial e na Minuta de Contrato.
- 6.2 Ressarcir eventuais solicitações voltadas ao saneamento das irregularidades verificadas durante a vigência do contrato.

- 6.3 Observar rigorosamente as normas legais que regulamentam a prestação dos serviços inteiramente à responsabilidade por eventuais transgressões a que der causa.
- 6.4 Fornecer os produtos conforme especificado pelo **CONTRATANTE**, com base no resultado e homologação do procedimento licitatório;
- 6.5 Manter durante a execução do objeto deste Termo de Referência às condições de habilitação e qualificação exigidas na fase licitatória.
- 6.6 Cumprir as exigências, no que concerne a apresentação das certidões negativas de débitos tributários e fiscais (CARTÃO DO CNPJ, CND FGTS, CND INSS, CND TRABALHISTA, CND DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, CND ESTADUAL, CND MUNICIPAL) para fins de pagamento.
- 6.7 Apresentar Nota Fiscal/fatura na Controladoria Interna Administrativa e Financeira/ P.M.J., discriminando os produtos adquiridos, bem como os quantitativos e seus respectivos valores conforme constam discriminados no contrato.
- 6.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato.
- 6.9 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- 6.10. A CONTRATADA se obriga a executar o fornecimento rigorosamente de acordo com o disposto na CLÁUSULA QUINTA.
- 6.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 6.12. Fornecer o produto adjudicado, parceladamente conforme for solicitado, no prazo máximo de **15 (Quinze) dias**, contadas a partir da solicitação da **CONTRATANTE**.
- 6.13. O retardamento no fornecimento, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.
- 6.14. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo **CONTRATANTE**, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo **CONTRATANTE** no ato do pagamento.
- 6.15. A fiscalização da aquisição dos produtos por parte da P.M.J. não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e preposto, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666 de 1993.

6.16. Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados no desempenho do serviço, ou em contato com eles nas dependências da CONTRATANTE.

7. CONDIÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO:

7.1 Em hipótese alguma será permitida a sub-rogação do contrato para terceiros, senão por aquele contratado.

7.2 A contratada deverá prestar informações e dados de todo o Sistema relacionadas à Secretaria Municipal de Educação.

8. FUNDAMENTO LEGAL

8.1 A aquisição dos produtos, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e, subsidiariamente, na Lei nº 8666/93 e suas alterações.

9 RECURSOS FINANCEIROS:

9.1 Os recursos recebidos em decorrência de ação ajuizada contra a União, objeto de precatórios, em virtude de insuficiência dos depósitos do FUNDEF, atual FUNDEB, somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, em conformidade com o dispositivo nas Leis Federais nº 9.394/1996 e 11.494/2007.

9.2 Assim, as diferenças relativas a diversos exercícios financeiros, deverá ser realizado consoante ao plano de aplicação, podendo estas serem efetivadas em exercícios diversos daquele em que ocorrer a transferência financeira para os cofres municipais.

9.3 O Plano de Aplicação dos Créditos Decorrentes de Precatórios do FUNDEF está alinhado ao Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Jacundá e ao Plano Decenal de Educação do Município de Jacundá, referente a Ação Judicial FUNDEF – Precatórios – Processo

nº 1000354-58.2020.4.01.3907, bem como o cumprimento de Sentença que determinou que os recursos do precatório do FUNDEF sejam aplicados integralmente (percentual de 100%) correspondente ao valor de R\$ 53.021.403,23 (cinquenta e três milhões, vinte e um mil, quatrocentos e três reais e vinte e três centavos), depositado na conta específica do atual FUNDEB para manutenção e desenvolvimento da educação básica, na medida em que a verba oriunda da condenação deve ser aplicada somente nesta natureza de despesas.

10 FORMA DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado, à vista e integralmente, por meio de ordem bancária transmitida, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela licitante vencedora, em até 15 (QUINZE) dias corridos após a apresentação dos documentos de cobrança, e após o aceite/ atesto da nota fiscal fatura pelo setor competente da P.M.J.

10.2 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

10.3 Para efeito de pagamento, a P.M.J. procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

10.4 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições de acordo com a legislação específica.

10.5 Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora caso a mesma se encontre em situação irregular perante os órgãos tributários e fiscais dos diversos entes da Federação.

10.6 As notas fiscais-faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas aos seus emitentes, que deverão corrigir os vícios que originaram a devolução.

10.7 Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direta a alteração de preços, indenização ou compensação financeira.

10.8 A P.M.J. se reserva o direito de recusar executar o pagamento se os produtos não estiverem de acordo com as especificações contratadas ou apresentarem vícios.

11 VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 A vigência do contrato será até 31 de Dezembro de 2020, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do produto licitado:

12.1 - Não serão aceitos produtos/materiais em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

12.2 - Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das propostas de preço;

12.3 - Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do material;

12.4 - Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93;

13.2. A CONTRATADA que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita à sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Jacundá – PA, 06 de novembro de 2020.



LEILA CLARA GONÇALVES BARBOSA
Secretária Municipal de Educação